



Ata da 4ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM II (COGEP)

1. DATA E LOCAL

| | |
|---|---------------------------------|
| Data: 09 e 10 de Maio de 2013 | Local: São Paulo - SP |
|---|---------------------------------|

2. PARTICIPANTES

Representantes dos Municípios integrantes do PNAFM II:

Fátima Aparecida Bossoé Flores e Pedro Paulo Silva Gonçalves (**Araçatuba – SP**);
Leila Maria Rodrigues Willem (**Balneário de Piçarras - SC**);
Everton Rezende Costa e Márcia Aparecida de Freitas (**Barra Mansa – RJ**);
Francini Martins (**Biguaçu – SC**);
Helio Bittencourt Gonzaga Filho, Jailson Santana de Jesus,
Marilene Sebastião Segundo e Vanessa Sousa de Oliveira (**Brasília – DF**);
Jader Vieira Boeira, Tereza Sugako Kakazu e Wanderley Bem Hur da Silva (**Campo Grande – MS**);
Dairton José Giralaldi, Jéssica Tamara Pezzato, Josimar Caldeira e Valquíria Michalak (**Corupá – SC**);
Bruno Negri, Santina Cândido Meurer e Sérgio Roberto de Lima e Silva Filho (**Florianópolis – SC**);
Catarina Mirza Rodrigues de Lima, Edlene Valente Benevides,
Francisco de Assis Pinto Falcão e Lícia Maria Viana Bezerra (**Fortaleza – CE**);
Simone Osias (**Gravatá – PE**);
Ana Flavia da Silva e Leidiane Araujo da Silva (**Iguatu – CE**);
Patrícia Nickhorn e Silva, Paulo Roberto Ledra e Rita de Cássia Vogel Simão (**Indaial – SC**);
Jean Carlos Nunes Oliveira, Luiz Carlos Cardoso e Nancy Fiuza Domingues (**Itapetininga – SP**);
Cléri Cristina da Silva Parente (**Jacareí – SP**);
Alexandre Alvez Ferraz, Elço Luiz Fontes Padilha,
Flávio José Ribeiro e Rômulo Mello Massacesi (**Mesquita – RJ**);
Antonio Tarcisio da Silva, Edmilson Freire Junior e Hugnelson Vieira da Silva (**Mossoró – RN**);
Claus Ingomar Gruetzmacher e David Herzog (**Pomerode - SC**);
Rose Mary Marianna dos Santos Mota e Verônica David dos Santos (**Rio de Janeiro – RJ**);
Célia Maria Pereira Ferreira, Cleusa Monteiro de Castro, José Augusto de Guarnieri Pereira,
Marcos Robison Isidoro da Silva, Maria Lúcia Bomfim de Souza Oliveira,
Matias José de Sousa e Sostivaldo Carlos da Silva (**São Bernardo do Campo – SP**);
Sidart Gaia e Vera Lúcia Medeiros (**São José – SC**);
Alberto Yukio Abe, Ana Paula Higa Fujita, André Tomiatto de Oliveira, Andrezza Karina Domingues,
Cristiano Augusto Codonho Ferreira, Keity Yamamoto, Luiz Octávio Massato Kobayashi,
Maria das Graças da Silva Menezes Fernandes, Michael Constanzo Di Battista,
Paulo Fernandes, Ricardo Neves (**São Paulo – SP**).

Representantes da UCP/SE-MF:

Luiz Alberto de Almeida Palmeira (**Coordenador Geral**); Rodrigo André de Castro Souza Rêgo (**Coordenador Geral Adjunto**); Alexandre Melillo Lopes dos Santos (**Coordenador Técnico**); Sérgio Martins da Silva (**Coordenador Financeiro**), Wilza Toscano de Almeida (**Coordenadora Administrativa**); Vilmar João Martini (Área de Monitoramento) e Alessandro Silva de Araújo (Coordenação Técnica da UCP).

Representantes da Caixa Econômica Federal:

Diego Romeiro Fidalgo de Sousa, Eduardo Henrique Scalia, Isaú da Silva, Jonatas Mendonça dos Santos e Magda Ramos Jardim.

Representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento:

Maria de Fátima Pessoa de Melo Cartaxo e Luciana Pimentel.

Convidada:

Darlene Maria Gonçalves Batista Cavalcante (Palestrante).



Ata da 4ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM II (COGEP)

3. DIA 09/05/2013

Esta Ata registra o trabalho desenvolvido na 4ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM 2ª Fase, realizada no Município de São Paulo – SP, nos dias 09 e 10 de maio de 2013.

Dando início à reunião, foi composta a mesa de autoridades com a Sra. Kélvia Frota de Albuquerque, Chefe de Gabinete da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo, com o Sr. Rodrigo Alves Teixeira, Chefe de Gabinete da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão de São Paulo, com o Sr. André Tomiatto de Oliveira, Coordenador-Geral da UEM São Paulo – SP, com o Sr. Antônio Marsura, Gerente Regional Segmento Governo da Caixa Econômica Federal, com o Sr. Marcos Antonio Oliveira Fernandes, Diretor do Centro Regional de Treinamento da ESAF em São Paulo, com a Sra. Fátima Pessoa de Melo Cartaxo, Especialista Sênior em Gestão Fiscal e Municipal do Banco Interamericano de Desenvolvimento e com o Sr. Luiz Alberto de Almeida Palmeira, Coordenador-Geral da Unidade de Coordenação de Programas do Ministério da Fazenda.

A Sra. Kélvia iniciou a reunião dando boas vindas aos participantes e convidados, agradecendo a participação de todos e elogiando o Programa PNAFM. Foi passada a palavra ao Sr. Rodrigo Teixeira que almejou que o evento seja proveitoso para todos os participantes. O Sr. André Tomiatto da UEM/SP disse estar feliz em receber os colegas e que seu objetivo é adquirir aprendizado com os outros municípios. O Sr. Antônio reforçou a parceria PNAFM-CAIXA lembrando das dificuldades iniciais para assinatura do contrato mas ressaltando que agora o fluxo do programa está caminhando bem. O Diretor do CENTRESAF/SP também saudou os participantes, falando um pouco sobre a importância da Educação Fiscal e deixando uma mensagem animadora aos participantes pois estes eventos mudam as pessoas, o que certamente acontecerá com os participantes da 4ª Reunião do COGEP. Em seguida, a Sra. Fátima Cartaxo do BID falou sobre a importância da Rede COGEP, sobre a integração e articulação dos fiscos, e também sobre a rede de governança. Ela aproveitou para lançar a ideia de se promover a integração entre a Rede COGEP do PNAFM e a Rede COGEP do PROFISCO, que poderia se dar através da participação recíproca nas reuniões trimestrais, sob a coordenação do Governo Federal. Dra. Fátima também manifestou sua alegria pela presença da ESAF na Mesa de Autoridades e no evento, encerrando sua fala dizendo que os resultados do programa PNAFM são muito bons para a sociedade brasileira. Luiz Palmeira agradeceu a presença de todos os servidores representantes dos municípios e dos convidados, bem como, agradeceu à equipe da Prefeitura de São Paulo e do CENTRESAF/SP pela organização do evento e à Caixa Econômica pelo patrocínio e logística. Comentou que a UCP está dando continuidade ao ciclo de reuniões estando ali representada por todas as suas áreas: técnica, financeira, administrativa e monitoramento. Luiz ressaltou que esta 4ª Reunião bateu o recorde de pessoas inscritas (92 pessoas) apesar das mudanças ocorridas em alguns municípios. Ele lembrou que o objetivo das reuniões do COGEP é a troca de experiências, os novos municípios aprendendo com os que já estão no Programa a mais tempo.

A seguir foi desfeita a mesa de autoridades.

Na sequência a psicóloga da GIDUR/SP, Sra. Célia Teixeira coordenou uma dinâmica de integração com os participantes, para que todos tivessem a oportunidade de se apresentar aos colegas.

A primeira palestra da reunião foi feita pela Dra. Fátima Cartaxo que discorreu sobre o plano de aceleração da execução dos projetos, comentando que não é bom para o município ter uma execução prolongada. Para se ter uma execução exitosa, o dinheiro precisa ser bem gasto, aplicado rapidamente, com benefícios que retornem para a população. É preciso comprar, executar e pagar, cumprir prazos. Ela comentou que o BID possui um mapa de auto-diagnóstico para checar o que emperra a execução de um projeto. No caso dos Estados o primeiro grande gargalo é a elaboração da especificação, dos termos de referência, e o segundo gargalo é a execução do contrato. Dra. Fátima informou que o BID fará oficinas para capacitar os servidores municipais a efetuar uma boa gestão dos contratos. Para que isso ocorra é preciso que cada UEM identifique seus gargalos, sejam eles por falta de capacitação, de patrocínio ou de equipe técnica. Dra. Fátima sugeriu que seja aplicado um questionário para identificação desses gargalos nos municípios. Ela comentou que os melhores projetos são sempre os que têm mais patrocínio. Ela disse ainda que a rede é um excelente instrumento para os novatos que devem buscar nela as boas práticas já em uso por outros municípios, evitando gastos supérfluos com soluções já existentes. Deu como exemplo um sistema de gestão de pessoas que sendo adaptável pode perfeitamente ser compartilhado por vários municípios. E tendo em vista a importância da rede COGEP é preciso criar mecanismos para



Ata da 4ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM II (COGEP)

promover ainda mais a integração de seus componentes e das soluções técnicas, utilizando-se por exemplo, o componente nacional. Dra. Fátima ponderou que nas reuniões é onde se criam os vínculos através dos quais fluirá o conhecimento pelos canais formais, institucionais e pessoais. Tudo o que é feito visa um único objetivo: melhorar as finanças públicas para beneficiar cada vez mais o município e seus munícipes.

Dando sequência à pauta, o Coordenador-Geral da UEM São Paulo, André Tomiatto, iniciou sua apresentação sobre a boa prática realizada em sua Prefeitura. Ele apresentou inicialmente dados do município de São Paulo que possui 11,4 milhões de habitantes e o 10º maior PIB do mundo. Além disso, o PIB paulistano representa 12,26% do PIB brasileiro, com uma arrecadação de 25 milhões em 2012. Referindo-se ao tema “Renegociação de Contratos”, André informou que o grupo que desenvolveu esse trabalho foi todo composto por servidores de carreira, que buscaram melhorar a gestão dos contratos sem comprometer a qualidade dos serviços, baseando-se sempre na legislação. O Decreto nº 53.751 determinou uma redução mínima de 20% sobre os contratos, sendo que os visados eram aqueles vigentes com valor igual ou superior a 500 mil reais. André discorreu sobre a sistemática empregada através do cadastramento dos contratos, dos marcos intermediários de renegociação, do cadastro final e dos relatórios pelas Unidades Orçamentárias da Prefeitura. Foram cadastrados 4310 contratos e convênios gerando redução no valor global ou individual e também nas quantidades contratadas. Os quatro pilares desse projeto são pessoas, processos, ferramentas e legislação. Os resultados alcançados foram a unificação dos índices de reajuste contratual, a padronização dos contratos de serviços de custeio, a economia de 370 milhões para os cofres municipais, o maior controle e a melhor gestão dos gastos públicos. A meta é economizar 500 milhões de reais. Rodrigo André perguntou como é a reação das empresas em relação à renegociação dos contratos. Tomiatto respondeu que cada contrato difere do outro, algumas empresas aceitam de imediato abrir mão de um índice de reajuste, outras não. André Tomiatto disse que os contratos grandes são mais complicados e por isso, em alguns casos a renegociação é dividida em etapas para facilitar. Ele citou como exemplo o contrato com a FEBRAPAN onde houve uma dura renegociação. A Dra. Kélvia fez um aparte informando que com grandes empresas é mais difícil negociar e em geral, o processo de renegociação tem que passar para a alçada da Junta Orçamentária. Ela também comentou que Secretarias pequenas com menor poder de barganha telefonam para a SEFIN/SP para conseguir informações que possibilitem uma melhor negociação. Também disse que foi feito um trabalho junto aos fiscais da Prefeitura sobre esse assunto. Rodrigo André comentou que se percebe um alinhamento entre Prefeito e Secretários, com tomada de decisão em conjunto e pró-atividade, sugerindo que essa boa prática seja utilizada por todos os municípios, inclusive os pequenos, sempre se adequando à realidade de cada um. Rodrigo perguntou se a ferramenta utilizada é compartilhável e Tomiatto respondeu que sim. Rodrigo questionou se houve alguma quebra de contrato e Tomiatto disse que não mas que em alguns casos específicos, foi feita uma avaliação da real necessidade de alguns serviços e quando considerados dispensáveis, houve a interrupção do contrato. Pedro de Araçatuba perguntou como a UCP poderia inserir essa boa prática no Programa e Rodrigo respondeu que há um componente onde isso pode ser trabalhado, ou também como item do projeto. Para que isso possa acontecer é preciso compartilhar a ferramenta e capacitar os servidores. Bruno de Florianópolis perguntou qual era a duração média desses contratos e André respondeu que a maioria eram contratos de 12 meses, sendo alguns prorrogáveis por 60 meses. Ele também informou que através da renegociação foram reduzidos contratos super dimensionados. Simone Osias de Gravatá perguntou se nunca houve necessidade de ampliação e André respondeu que quando isso ocorria, o contrato era levado à apreciação da Junta Orçamentária, havia a renegociação do mesmo mas sem alteração no valor. Complementando sua explanação, André Tomiatto disse que o processo de renegociação de contratos tem que ser uma atividade permanente no âmbito das Prefeituras e não só quando ocorre uma troca de gestores. No caso de São Paulo, eles estão buscando uma forma de institucionalizar essa boa prática. Rodrigo André perguntou dentre os municípios presentes quantos tinham tido troca de Prefeitos e quantos estavam preocupados com a renegociação dos contratos. O Secretário Wanderley Ben Hur de Campo Grande respondeu que em seu município aproveitou-se a troca de governo para atrair os prestadores de serviços pela parte mais fraca, ou seja, o pagamento. Contratos foram suspensos, foi feita uma análise criteriosa da necessidade dos serviços e assim como São Paulo, Campo Grande também teve uma redução significativa. A Dra. Kelvia comentou que quanto mais fiscalização houver na execução dos contratos, menos se necessita renegociá-los. A cada prorrogação é preciso que os fiscais atuem efetivamente revendo os contratos em suas finalidades e prazos. Dra. Fátima Cartaxo parabenizou André pela apresentação e sugeriu que seja feita uma Oficina sobre esse tema, coordenada pela Prefeitura de São Paulo, onde se enfoque principalmente o papel do gestor de contratos no âmbito do PNAFM. Luiz apoiou a realização da Oficina comentando que dentre os pilares do PNAFM está a troca de experiências e boas práticas entre os municípios, onde os que aderem chegam com novas idéias, mostrando que é possível fazer novas definições nos projetos. Luiz lembrou aos municípios que é preciso melhorar a qualidade do gasto e



Ata da 4ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM II (COGEP)

não só aumentar a arrecadação. Aproveitou para falar um pouco sobre a finalidade do Comitê Gestor do PNAFM, que é promover a integração e a colaboração entre os municípios. Para buscar uma maior proximidade entre a UCP e as equipes municipais são realizadas as três reuniões anuais do COGEP, além de uma ida da UEM à Brasília. Luiz comentou que devido à falta de uma rede integradora durante a 1ª Fase, alguns projetos tiveram sucesso e outros não. Já nesta 2ª Fase do Programa, com a instalação da Rede se promoveu a troca de boas práticas e que vários assuntos podem ser compartilhados através dela. Citou como exemplo os termos de referência, sistemas tecnológicos e o próprio conhecimento intelectual como foi o caso da ajuda dada pela Darlene, na época Coordenadora Geral da UEM Campo Grande/MS, à UEM de São Luís do Maranhão. E finalizando, Luiz incentivou aos presentes para que façam visitas entre si, procurando conhecer o trabalho de outras UEM. Aproveitou para esclarecer que a visita à UEM/SP foi cancelada devido à dificuldade da logística de trânsito da cidade mas que o André Tomiatto se colocou à disposição de todos para recebê-los em outra ocasião.

Na sequência, Darlene apresentou sua experiência no PNAFM 1ª Fase, iniciando com um posicionamento sobre o cenário brasileiro e sobre as demandas dos municípios em relação à saúde, educação e habitação. A Prefeitura de Campo Grande tomou decisões estratégicas para buscar fontes de financiamento e o PNAFM foi mais atrativo que outros programas. A equipe da UEM tinha autonomia para relacionar-se com todas as Secretarias e percebeu que a capacitação era o produto mais importante do projeto, tendo sido treinados primeiramente os servidores efetivos e depois os demais. No campo gerencial foi contratada uma consultoria que promoveu uma reorganização voltada para a administração estratégica. A UEM focou nos resultados e foi instituída uma premiação pelo alcance de metas. O parque tecnológico foi modernizado com a compra de novos computadores, servidores e licenças de softwares. Um novo voo de geoprocessamento foi realizado resultando na formação do cadastro imobiliário com dados de contribuintes, imóveis e logradouros. Foi construída a nova Central de Atendimento com 4.300 m² gerando um número maior de contribuintes atendidos. O projeto PNAFM passou a ser visto como de todo o município e não apenas de uma só Secretaria. Darlene mostrou fotos da Prefeitura antes e depois do PNAFM. O Secretário de Campo Grande Ben Hur elogiou Darlene por sua colaboração, reconhecendo o excelente trabalho que ela desempenhou à frente da UEM de Campo Grande. Em seguida, ele complementou a fala da Darlene informando sobre outros projetos de Campo Grande como o cadastramento integrado dos dados do PPA e da Lei Orçamentária, a aprovação digital de projetos arquitetônicos, a transmissão de dados contábeis para análise do TCE/MS e a manutenção do projeto "IPTU Premiada" devido à adimplência de 85%. A Secretária Simone Osias de Gravatá interessou-se pela aprovação digital de projetos arquitetônicos e o Secretário Ben Hur o colocou à disposição da mesma. Foi perguntado à Darlene se havia premiação por produtividade e ela respondeu que está sendo elaborado Termo de Referência, inclusive com visita prevista à UEM do Rio de Janeiro para conhecer o método usado por eles na meritocracia. Darlene concluiu sua apresentação falando aos servidores presentes que o PNAFM deve ser utilizado como ferramenta de auxílio ao gestor para aumento da receita e controle da despesa, alterando para melhor a realidade de cada município.

Rodrigo André iniciou sua apresentação falando sobre a importância de se garantir a sustentabilidade do programa. Ele ressaltou que os Termos de Referência devem ser elaborados pelas áreas que detêm o conhecimento sobre o produto a ser adquirido. Rodrigo explicou que o monitoramento é feito através das visitas técnicas, do SEEMP e do Relatório de Progresso, sendo que este último deve ser usado como um instrumento de gestão. Mostrando a planilha de monitoramento, explicou como abrir por produto, com datas e atividades, preenchendo a execução física, a execução financeira e o valor dos contratos firmados dos produtos e das atividades associadas a esses produtos, seus custos e prazos. Ele explicou que a planilha de monitoramento deve ser preenchida após o encerramento de cada semestre, com o andamento de cada atividade. Martini complementou a explicação sobre o preenchimento da planilha de monitoramento, ressaltando a importância de atentar para o cronograma devido ao encerramento do prazo de execução. Rodrigo disse que todos os municípios serão ponderados pelo tempo e que se o município perceber que não vai conseguir executar seu projeto deve pedir o distrato ou abaixar o valor do financiamento pois recursos não utilizados são perdidos. Ele citou como exemplo o PNAFM 1 onde 20% dos recursos não foram executados pelos 60 municípios da carteira. Em seguida, Rodrigo apresentou uma planilha com dados de execução física e financeira de algumas UEM, exemplificando com Fortaleza que por ter conhecimentos acumulados do PNAFM 1 já está com o PNAFM 2 adiantado. No caso de Gravatá não houve nenhuma execução e a UCP sugere que o município busque ajuda com outras UEM no que se refere a boas práticas de gestão implantadas e Termos de Referência já prontos, evitando começar do zero, o que atrasaria ainda mais o projeto. Seguindo com os exemplos, Rio do Sul já está com todos os recursos contratados, São José tem muitos produtos contratados mas nada pago. Rodrigo esclareceu que o BID cobra metas de desembolso pois se os recursos ficam



Ata da 4ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM II (COGEP)

reservados para o PNAFM e o dinheiro não é sacado, o banco deixa de ganhar. Como os recursos do PNAFM 1 não foram usados em sua totalidade, se não sacarmos tudo da 2ª Fase quem nos garante que teremos o PNAFM 3? Rodrigo informou que no somatório dos municípios temos 37% dos recursos contratados e 16% executados. Na próxima reunião do COGEP haverá uma pactuação de metas em relação a tempo/execução física e financeira, estabelecendo metas de contratos firmados. A partir desses marcos de tempo e meta, vamos trabalhar para saber se estamos certos ou não. Através do relatório sintético do município com as execuções dos produtos, veremos se é preciso tomar alguma atitude institucional de apoio, se é preciso melhorar o relacionamento com a Caixa e realizar treinamento no sistema SIGFIN, ou ainda se é preciso revisar o projeto, tudo é claro, com a concordância do município.

Sérgio iniciou sua fala sobre a gestão financeira do programa e sobre o aprendizado obtido com a 1ª Fase do PNAFM. Citou o problema da falta de continuidade devido às mudanças de gestores e falou sobre a importância de fazer boas revisões dos projetos. Na sequência, Sérgio apresentou os indicadores financeiros de desembolso, execução do gasto e contratação, que foram criados para checagem da eficácia da parte financeira do projeto. A seguir, ele apresentou um gráfico com dados sobre os 22 municípios mas sem identificá-los, mostrando os desembolsos feitos e os pagamentos (meta gasto efetivo/realizado). Sérgio disse que os atrasos de pagamento e de solicitação de desembolso ocorrem devido a fatores sobre os quais as UEM não tem ingerência como uma troca de governo, uma pendência previdenciária, ou até mesmo problemas do próprio fornecedor. Citou como exemplo o geoprocessamento de Brasília que atrasou devido a problemas climáticos. Por tudo isso deve-se monitorar cada uma das etapas e adotar soluções para correção dos problemas, inclusive até com a troca da fonte de financiamento. Sérgio informou que a versão 57 do SIGFIN já está disponível e que o SERPRO disponibilizará uma ferramenta para troca de arquivos eletrônicos dentro do site da UCP. Ele também comentou que no Fechamento das Demonstrações Financeiras realizado de 04/02 a 08/02/2013 em Brasília, apenas 6 dos 22 municípios compareceram e que neste ano de 2013 as Demonstrações serão feitas dentro do próprio exercício para evitar inconsistências. Outros assuntos abordados pelo Sérgio foram o cumprimento das cláusulas contratuais, a programação orçamentária e a prestação de contas trimestral.

Continuando a pauta, foi a vez de Campo Grande apresentar um relato sobre seu projeto, na pessoa da Coordenadora Geral Tereza Kakazu que inicialmente falou sobre a mudança política ocorrida no município, com a troca de todo o Secretariado e Gerências. Devido a essa mudança o projeto PNAFM teve que ser apresentado a esses novos gestores, o que foi feito em 21/02/2013. Foi determinado que o projeto seja encerrado em outubro de 2014 e que seja pleiteada a 3ª Fase. Tereza apresentou os saldos financeiros através de um quadro com o previsto, contratado e realizado.

A seguir foi a vez da servidora Verônica do Rio de Janeiro apresentar seu projeto. Ela informou aos colegas novatos que no site da UCP, na aba COGEP 3ª Reunião em Fortaleza, consta a estruturação do projeto do RJ de forma detalhada. São 11 produtos gerenciados pela UEM que funciona de forma descentralizada, atuando junto a cada produto e seu gerente. Atualmente os 11 produtos estão sendo revisados para checar se será possível finalizá-los até dezembro de 2014. O Rio de Janeiro já está com 59% contratado e tem a intenção de entrar no PNAFM 3. Verônica citou alguns dos produtos entre eles, o Escritório de Gerenciamento de Projetos, a atualização da base cartográfica, a implantação do sistema financeiro contábil, o reaparelhamento do datacenter e a sala cofre. Dentro do programa de capacitação municipal foram formados os "Líderes Cariocas" que são servidores de carreira ocupando cargos dentro do governo, após passarem por um processo seletivo. Finalizando Verônica doou 2 livros sobre a gestão de alto desempenho - Meritocracia para sorteio entre os presentes.

Após essa apresentação, deu-se por encerrado o primeiro dia da reunião.

4. DIA 10/05/2013

Em prosseguimento aos trabalhos desenvolvidos no dia anterior, deu-se início ao segundo dia da reunião com a apresentação do projeto de Fortaleza pelo Coordenador Geral da UEM Francisco Falcão. Ele iniciou apresentando sua equipe e depois fez considerações sobre a história de Fortaleza, sua criação e brasão. Em seguida mostrou um quadro com os 34 produtos do PNAFM 1 entre eles, cadastro multifinalitário com censo territorial, programa de capacitação com 412 turmas treinadas, 6 praças de atendimento ao cidadão todas elas padronizadas e rede multiserviços sem fio. Dentro do PNAFM 2, Fortaleza tem 9 projetos em planejamento e 4 em execução. Citou como exemplos:

- a atualização do cadastro multifinalitário
- a planta genérica
- a estruturação do datacenter corporativo
- a reforma administrativa
- a revitalização do parque tecnológico



Ata da 4ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM II (COGEP)

- a reforma das regionais executivas
- o projeto de modernização e descentralização do atendimento da SEFIN
- a modernização do Instituto Nacional de Pesquisas
- o cadastramento dos recursos humanos da Prefeitura de Fortaleza

Falcão ressaltou que a nova gestão é muito voltada para os resultados e evita conotações partidárias. Ele sugeriu que nas próximas reuniões do COGEP seja trazida uma Bandeira do Brasil em referência ao pacto federativo.

Luiz Palmeira perguntou se havia dificuldades devido à mudança de equipe e Falcão respondeu que dentro da Prefeitura existe a infraestrutura local e que quando há mudança de gestores ocorre a delimitação de espaços, fazendo com que os novos gestores não tenham noção de continuidade da gestão anterior. Falcão ressaltou a necessidade da UCP apoiar os municípios através de visitas e fazer a divulgação do Programa PNAFM para que ele adquira uma visão nacional.

Na sequência, o Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil Raimundo José Sousa Vasconcelos Júnior fez uma palestra sobre a retenção do imposto de renda incidente sobre serviços prestados no âmbito do PNAFM. Ele citou algumas legislações como o Parecer Normativo nº 2, de 18/05/2012. Raimundo informou que a Caixa como agente financeiro do PNAFM não pode aceitar a retenção do imposto na fonte pelos municípios pois esse tributo é de competência federal. Luiz ponderou que alguns municípios criaram uma legislação amparando a retenção do imposto na fonte para serviços prestados ao que o Auditor respondeu que essa ação não pode ser baseada na legislação federal pois ficaria sem fundamento. São Bernardo do Campo informou que nunca tiveram problema com essa retenção e que se não a fizerem pode ser caracterizado como recusa no recolhimento de receita. Raimundo disse para não usarem o Parecer 64. Ele explicou que a Caixa por ser um ente federal utiliza esse Parecer quando faz o pagamento de um fornecedor. Rose do Rio de Janeiro disse que no pagamento de terceiros é feita uma compensação acertada através de DIRF por repasse institucional. Brasília também está usando a mesma sistemática que o Rio. Sérgio Martins fez um aparte e disse que a conta vinculada dos recursos está em nome do município, a Caixa é um mero prestador de serviços e não está executando contratos dela e sim do município. Ela simplesmente tira o dinheiro da conta e paga o fornecedor. As Notas Fiscais pagas são referentes a serviços ou produtos e a legislação é sobre retenção de imposto sobre salários. Brasília perguntou se pode ser feita a retenção em relação à prestação de serviços com compensação do líquido pelo repasse constitucional. Devido à polêmica gerada pelo assunto, foi sugerido inicialmente que todos os municípios fizessem uma consulta formal unificada à Receita Federal sobre o assunto, através da ABRASF ou da CNM. No entanto como o assunto se refere unicamente ao PNAFM ficou decidido que o Sérgio Martins da UCP irá minutar a consulta, e após a aprovação dos municípios a UCP enviará à RFB. Foi solicitado aos municípios que tenham profissionais especializados em legislação tributária que contribuam na redação da consulta. Luiz Palmeira solicitou que até que chegue a resposta formal da Receita, não seja alterada a sistemática atual de pagamento existente e que o Diego da GEAST/CAIXA leve o assunto aos seus superiores para que não haja dificuldade na execução do programa.

Encerrado esse assunto, passou-se à apresentação do projeto do Balneário Piçarras pela nova Coordenadora Geral Leila Willem. Ela comentou que o projeto está um pouco parado devido à mudança de gestão e que terão que fazer uma revisão. Leila apresentou dados sobre seu município e informou que já está com 75,4% realizado. Ela citou alguns produtos do seu projeto: reforma do centro administrativo com aquisição de mobiliário e equipamentos de informática, capacitação de servidores, modernização do parque tecnológico, sistema integrado de gestão municipal, modernização da área de gestão do patrimônio com levantamento e identificação de todos os bens móveis e imóveis e controle territorial atualizado. Leila informou que devido ao geoprocessamento realizado foi possível atualizar o cadastro imobiliário de 12 para 14 mil imóveis, gerando um incremento progressivo na receita do IPTU (em 2010-2011: 10% e em 2011-2012: 4,70%). Luiz comentou que mesmo para um município pequeno o geoprocessamento traz benefícios. Também elogiou a continuidade dada ao projeto PNAFM em Piçarras, demonstrando maturidade dos novos gestores.

Na sequência, foi a vez de Jacareí apresentar o relato sobre seu projeto, com a servidora Cléri falando sobre as realizações do PNAFM 1: Praça de Atendimento ao Cidadão, melhoria nas informações gerenciais, melhoria na gestão orçamentária e financeira. Já em relação ao PNAFM 2, os produtos de Jacareí são o Sistema Jacareí digital, a reforma do Centro dos Servidores onde funciona a Escola de Gestão, o cadastramento imobiliário e a reforma da SEFIN. Cléri mostrou o percentual de execução física de cada produto. Melillo comentou que o município de Jacareí deve ser um dos primeiros a concluir o projeto mostrando aos demais que é possível executar dentro do prazo.

Logo em seguida, Itapetininga fez sua apresentação. Jean disse que o município exerce uma liderança no interior paulista, concentrando mais 3 municípios ao seu redor. Itapetininga apresenta o maior PIB agrícola do estado e é sede administrativa de governo. Nancy percorreu um pouco sobre a central de atendimento que lá recebeu o nome de "Atende



Ata da 4ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM II (COGEP)

Fácil". Os recursos do subempréstimo no valor de 4.750.000,00 foram investidos em capacitação, consultoria, equipamentos de tecnologia, mobiliário, ouvidoria, geoprocessamento e educação fiscal. Em breve será construído um Arquivo Municipal e implantado um novo plano de cargos e salários. Luiz Carlos disse que o projeto PNAFM acaba contemplando toda a Prefeitura pois quando se compra algo novo com os recursos, os antigos são transferidos para outras Secretarias não beneficiadas por aquela compra. O servidor Hugo de Mossoró perguntou qual foi o foco do produto Consultoria e Nancy respondeu que foi o geoprocessamento. Luiz Carlos disse que antes do PNAFM a planta genérica era antiga, de 1990 e que com o Programa foram feitos mapas digitalizados, o cadastro imobiliário com 50 mil imóveis georeferenciados e a capacitação dos servidores dessa área. Ela também falou sobre o MBA em Políticas Públicas que foi realizado por 75 servidores municipais efetivos. Foi-lhe perguntado a sistemática de contratação do MBA e Nancy respondeu que o Termo de Referência foi enviado para várias faculdades mas devido à dificuldade encontrada foi escolhida uma Fundação. O município solicitou a não-objeção que foi concedida e houve a dispensa de licitação, por conta da característica personalizada da Fundação, onde se priorizou a qualidade do produto oferecido e não o preço. Luiz Palmeira pediu que o município de Itapetininga disponibilize o Termo de Referência e a cópia do contrato deste MBA.

Seguindo a pauta, Luiz Palmeira apresentou as sugestões de alteração do Regimento Interno do COGEP que foram aprovadas na íntegra. Foi criado o encargo de Vice-Presidente sendo um da UCP e outro representante dos municípios. As atribuições dos Vices foram inseridas no Regimento. Darlene despediu-se da condição de Presidente do COGEP agradecendo a ajuda de todos e colocando-se à disposição. Foi feita a eleição do novo presidente representante municipal tendo sido eleito o servidor Francisco Falcão da UEM Fortaleza e como Vice-Presidente o servidor Paulo Ledra da UEM Indaial, com mandato complementar até Novembro de 2013. Rodrigo Rêgo será o Vice-Presidente pela UCP. Luiz Palmeira lembrou que o Presidente representante municipal tem que ser o Coordenador-Geral da UEM pois ele é a pessoa indicada formalmente para representar o município. Ele disse também que no futuro o Comitê será de responsabilidade total dos municípios.

Ficou definido que a próxima reunião do COGEP será no final de Agosto ou início de Setembro de 2013 em Florianópolis/SC.

Na continuação, o Coordenador-Geral da UEM São Bernardo do Campo, Augusto Guarnieri, apresentou uma boa prática de seu projeto: a "Rede Fácil" que concentra todos os contatos entre o munícipe e a administração. A Rede Fácil Central, inaugurada em 2010, atende 900 cidadãos por dia com 6 mesas de atendimento. A Rede Fácil Sala do Empreendedor, inaugurada em 2011, atende 180 empreendedores por dia. Augusto apresentou um quadro com o número de atendimentos de 2011 a 2013, informando que o tempo máximo de espera é de 33 minutos. Foi-lhe perguntado sobre a sistemática para implantação da Rede e ele respondeu que no primeiro momento houve a definição dos processos de trabalho, em seguida a modelagem e o redesenho dos mesmos. A terceira etapa foi a capacitação das equipes executoras e a 4ª etapa foi a sistematização que possibilitou a disponibilidade das informações sobre os serviços. Foram criados dois produtos on line: o Guia de Serviços e o Sistema de acompanhamento de processos. A seguir houve a formação da equipe de atendimento composta por servidores de carreira. A capacitação e a seleção comportamental tiveram a duração de 32 horas, com entrevistas individuais e a participação de técnicos das Secretarias, para apropriação do conhecimento específico. Através de critérios populacionais e econômicos foram definidos os locais das centrais e depois padronizada a marca da Rede Fácil. O cidadão e o servidor público são valorizados. Todos os servidores da Rede Fácil recebem gratificação e também são beneficiados com concessão de férias em períodos especiais, como janeiro e julho. Augusto explicou que uma empresa fez a primeira seleção dos atendentes mas agora quem seleciona são os próprios servidores da Rede Fácil. Os desafios encontrados são a atualização permanente das informações, o fortalecimento da integração das Secretarias e o planejamento para os serviços sazonais. Augusto finalizou sua apresentação declarando-se um entusiasta da gestão pública, onde insere como pilares a modernização administrativa e tecnológica e o alto investimento em capacitação.

Agradeceu ao PNAFM a oportunidade proporcionada ao município de São Bernardo do Campo na implantação da Rede Fácil.

Luiz Palmeira elogiou a apresentação detalhada e objetiva de São Bernardo do Campo e disse que ela pode até servir como trilha para elaboração de um Termo de Referência para aqueles municípios que ainda não tenham esse produto em seu projeto.

Na sequência foram apresentados os resultados de dois dos três grupos instituídos na 3ª Reunião do COGEP. Representando o grupo Auditoria, Edlene referiu-se à palestra proferida em Campo Grande sobre as não conformidades mais comuns encontradas nos projetos. Na ocasião Luiz Palmeira havia sugerido a criação de uma cartilha com



Ata da 4ª Reunião do Comitê Gestor da Rede PNAFM II (COGEP)

orientações sobre o assunto. Edlene informou que a Cartilha foi elaborada mas devido às mudanças ocorridas nas UEM, apenas alguns municípios deram a sua colaboração. Luiz disse que a Cartilha será apresentada à CGU e que na reunião de Florianópolis a CGU discorrerá sobre ela. Ele preferiu manter o grupo Auditoria com a formação original (RJ, Fortaleza e SBC) e depois incluir participantes de outros municípios. Luiz solicitou que todos os municípios leiam a Cartilha e que enviem suas experiências para atualização permanente da mesma. A Cartilha será disponibilizada no site da UCP (www.ucp.fazenda.gov.br).

Luciana Pimentel, consultora do BID, acha que esse tema poderia ser apresentado na reunião da COGEP PROFISCO pois nesse Programa são 27 TCE. O contrato do PROFISCO é direto entre o Estado e o BID, havendo um acordo com a CGU para auditar os Estados. Luciana também comentou que poderia ser adotada uma cartilha similar para os Estados.

Em seguida foi a vez do servidor Pedro Paulo fazer o posicionamento sobre o grupo Capacitação. Ele informou que também teve dificuldades devido à mudança dos gestores municipais e que não foi possível formatar o treinamento sobre Governança em Rede e sobre o Escritório de Projetos. Pedro pediu a ajuda dos municípios na definição da capacitação e Luiz Palmeira solicitou que sejam definidas prioridades nos treinamentos, ou seja, o COGEP define as necessidades e a UCP viabiliza em conjunto com a ESAF a capacitação EAD ou presencial. Luiz Palmeira comentou que no âmbito da COGEP foi feito um Termo de Referência para realização de treinamentos para os Estados. Luciana Pimentel ficou de passar uma cópia desse TR para a UCP. Pedro ficou encarregado de passar um email para todos os municípios com 3 ou 4 opções de treinamento para que seja formatada a capacitação. Wilza ficou encarregada de passar a lista com emails de todos os participantes da 4ª COGEP. Cristiano Codonho informou que no projeto de São Paulo foi incluído um curso de Educação Fiscal preparado em conjunto com a Secretaria de Educação e de Fazenda. O material será distribuído nas escolas. Cristiano passará o material produzido para Wilza.

Luciana Pimentel informou que será realizado de 20 a 22 de maio próximos nesta capital, um Workshop patrocinado pelo BID e pela Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, sobre elaboração de Termo de Referência sobre escrituração fiscal digital e bolsa eletrônica de compras. Ela conseguiu 5 vagas gratuitas para o PNAFM sendo uma para cada município paulista: Araçatuba, Itapetininga, Jacareí, São Bernardo do Campo e São Paulo. Ela também informou que no segundo semestre haverá outro workshop sobre gestão de contratos.

As UEM citadas deverão enviar na próxima segunda-feira, dia 13/05/2013, o nome do servidor indicado para participar. Edlene de Fortaleza solicitou que os Termos de Referência elaborados no decorrer do Workshop sejam divulgados para toda a Rede COGEP.

O Coordenador Técnico da UCP Alexandre Melillo deu prosseguimento à reunião informando que faltam apenas 20 meses para encerramento do projeto e que várias etapas devem ser cumpridas: elaboração de TR, licitação, contratação e pagamento. Alexandre comentou que vários produtos podem não ser concluídos causando o desperdício dos recursos. Sendo assim, a UCP fará uma reunião para análise de tudo o que foi visto na reunião para poder preparar as Missões.

Diego da Caixa Econômica agradeceu à equipe da UCP e da UEM/SP, informando que a GEAST está sendo reestruturada mas que os processos de trabalho não acabam. Lembrou da necessidade de capacitar as GIDUR para facilitar a lida com o PNAFM e que tentará levar mais servidores da GIDUR para a reunião de Florianópolis.

Francisco Falcão já como Presidente do COGEP fez algumas críticas construtivas para melhoria das reuniões, como por exemplo, o cumprimento do horário determinado na pauta buscando uma maior produtividade.

Luiz Palmeira fez uma retrospectiva sobre as quatro reuniões já ocorridas lembrando que na 1ª em Gravatá foi sugerido o trabalho em rede para evitar erros ocorridos no PNAFM 1 e elaborado o Regimento Interno do COGEP; na 2ª Reunião em Campo Grande fomos conhecer *in loco* uma Central de Atendimento; em Fortaleza na 3ª Reunião aprendemos sobre gerenciamento de projetos e alcance de metas; e agora nesta 4ª Reunião em São Paulo vimos a renegociação de contratos e a metodologia para criação de uma rede de atendimento ao cidadão. Luiz mostrou que com todas essas apresentações e atividades, cada município sempre sai ganhando, pois leva para seu Prefeito e Secretários as boas práticas disseminadas nas reuniões do Comitê. E para que essas boas práticas sejam implantadas é necessário que as UEM se visitem cada vez mais, promovendo o compartilhamento de documentos, sistemas, enfim, do conhecimento.

Luiz Palmeira manifestando-se sobre o evento parabenizou os participantes pela integração e em nome da UCP agradeceu a presença de todos e em especial, à equipe da Prefeitura de São Paulo e do CENTRESAF/SP. Agradeceu à Caixa pela cessão do espaço e por todo apoio logístico. Edmilson de Mossoró sugeriu que a próxima reunião tenha duração de dois dias e meio para que seja possível realizar visita à UEM sede do evento. André Tomiatto em nome da Prefeitura de São Paulo agradeceu a presença de todos, convidando-os a visitarem a UEM/SP. Deu-se por encerrada a 4ª Reunião do COGEP.